

"A gente faz a linha": notas antropológicas sobre percepções do risco de violência de gênero na saída de um bar GLS em Goiânia¹

Bruno dos Santos Hammes

Universidade Federal do Tocantins (UFT/Brasil)²

Resumo:

O presente artigo visa aprofundar uma discussão referente às noções ou percepções de risco (JEOLÁS, 2010) com as quais tive contato durante a realização da etnografia da qual resultou minha dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás no ano de 2015. Para tanto, tomo como ponto de partida as experiências compartilhadas em campo com jovens *gays* frequentadores do bar GLS “Feirão do Chopp” que se situa numa região periférica da cidade de Goiânia (GO).

A estas narrativas articulo algumas bibliografias sobre o tema para ajudar a entender como, apesar de todos os riscos aparentes, os jovens insistem em frequentar o bar. Exploro ainda nessa análise, algumas das percepções dos fatores de risco trazendo reflexões que mostram diferentes percepções entre o pesquisador e os frequentadores.

De modo geral, o trabalho de campo compreendeu idas com frequência regular, respeitando o formato prescrito para uma etnografia, envolvendo assim anotações e observações em campo. Devo pontuar ainda que o mesmo aconteceu durante todos os sábados e domingos, dos oito meses especificados no cronograma da pesquisa. O mesmo foi pautado principalmente em conversas informais ao invés das entrevistas semiestruturadas previstas a priori, haja vista que, a partir do estabelecimento de uma rede de informantes e das interlocuções realizadas, julgamos não ser primordial a realização das mesmas, sendo satisfatoriamente rico o material colhido.

Palavras-chave: Antropologia do risco; homofobia; Antropologia das Relações de Gênero e Sexualidade

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Professor Assistente substituto no curso de Licenciatura em Ciências Sociais no Campus Universitário de Tocantinópolis

Introdução

As sociabilidades juvenis têm sido foco de um número significativo de análises sociais no Brasil. Entre elas, posso destacar a coletânea com especificidades de gênero, sexualidade e raça (ALMEIDA & EUGENIO, 2006). Contudo, a dimensão imiscuída dos perigos inerentes a elas e aos seus estudos tem sido analisada com menos fôlego e menos ênfase. Dentre estes elementos, aquele que norteia as discussões, reforçando o foco na diferença, é a apreensão da diversidade nos “grandes centros urbanos”. Evidencia-se com isso a potencialidade dos estudos em tais contextos, ao mesmo tempo em que exige do antropólogo a devida atenção ao estranhar ou familiarizar os riscos e perigos de estar no bar “Feirão do Chopp”.

“Feirão do Chopp” é o nome pelo qual é conhecido por clientes mais antigos o atual Chácara 12. Seu proprietário, João Mercês, ou Joãozinho Mercês, na intimidade que ele mesmo inspira a todos os visitantes e frequentadores, mantém desde 1984. Situado, atualmente na Avenida Anhanguera, Estação Cascavel – setor Aeroviário, sentido Terminal do DERGO, ao lado da Faculdade Padrão. Quando o bar começou a funcionar, situava-se no cruzamento das ruas 4 e 24, no centro de Goiânia, onde também foi atribuído o apelido/nome de “Feirão do Chope” ou simplesmente “Feirão”, para o bar ainda sem um nome. O mesmo se deve, obviamente, a duas referências: a primeira, ‘Feirão’ que se deve ao fato de o comércio ter começado a funcionar com instalações no sistema de tendas (que inclusive mantêm até hoje), bem característico à maneira como se organizam as unidades de comércio de uma feira livre; a segunda, ‘Chope’ tem relação com o produto que se configurou já naquele momento, como carro chefe do bar: o chope, de fabricação própria.

Cabe ainda ressaltar que importa ao olhar antropológico não apenas reconhecer e registrar a diversidade cultural, mas sim buscar o significado dos comportamentos, visto que as experiências “só aparecem como: exóticas, estranhas ou até mesmo *perigosas* quando seu significado é desconhecido” (MAGNANI, 1996: 3, grifo meu).

Dessa maneira, sinalizo que escolher etnografar uma/numa ‘periferia’, implica (ou deveria implicar) em dialogar com várias dimensões da construção do estigma (GOFFMAN, 1988) atribuído ao “lugar”, como também a própria construção do conceito. E é desta maneira que trago à baila Mary Douglas em “*Pureza e Perigo*”, mais especificamente no capítulo “*Limites externos*”, onde a autora afirma que “a ideia de sociedade é uma **imagem** poderosa” e que, “esta imagem tem forma, **limites** externos, margens e estrutura interna. Seus contornos **encerram poder** de recompensar

a conformidade e repelir o ataque” (DOUGLAS, 1976, p. 141, grifo meu). Assim, temos que este poder delimita, qualifica e “determina” os espaços, mas também na formulação de imagens, por vezes hiperbolizadas e estigmatizadas dos sujeitos que por ele transitam ou que nele se instalam.

Assim, em uma realidade de pesquisa na qual se justapõem a estigmatização construída em relação ao lugar, com aquele estereótipo produzido de um “sujeito do lugar”, suas características e gostos se tornam tão “perigosos” e imorais quanto for necessário para mantê-lo estigmatizado por conta dos preconceitos em relação à raça, orientação sexual e etc. É através destas imagens que se delineiam os limites e algumas definições através das quais a noção de periferia, e suas paisagens, são tratadas. Revelando, assim, a estreita interligação com a situação das classes sociais e econômicas na replicação do modelo: centro *versus* periferia.

De acordo com a forma através da qual estes sujeitos encaram cada uma das experiências tratadas neste artigo, às mesmas podem representar perigos ou riscos: perigo de “ser confundido com homossexual”, perigo de “ter sua virilidade questionada”, perigo de “ser visto”, perigo de “se relacionar com alguém que não seja de Goiás” entre outros. Havendo uma última dimensão de perigo que é a possibilidade da violência que pode ocorrer tanto dentro quanto fora do local. Por fim, abordo a imprevisibilidade do limite e das manobras possíveis no ambiente da rua é que, enfoco o que chamo de riscos e/ou medos de “ir embora sozinho”.

Complementar, tal qual eu pude aprender com os sujeitos, descrevo a busca dos sujeitos pela melhor estratégia para encerrar, “são e salvo” e livre dos riscos inerentes à trajetória que se inicia ao planejar sair de casa e termina quando se chega de volta ao mesmo local. E desta forma, estruturo este trabalho em uma breve aproximação conceitual dos temas, em seguida algumas discussões que aliam teoria e trabalho de campo e por fim teço algumas considerações.

A arriscada associação entre negritude e periferia: primeiras aproximações ao tema

O panorama apresentado nos leva à optar por uma via de interpretação estabelecida por (GONZALEZ & HASENBALG, 1982) tal opção está justamente em sua definição resgatar a associação artificial entre “periferia” e “negritude”, que naturaliza os locais de baixa renda, afastados e estigmatizados econômica e socialmente, como “lugar de negro”. A mesma traz à luz a manutenção de uma condição social

historicamente datada, articulada nesta situação subalternizada. Estes lugares assim são chamados por terem uma composição populacional com maior presença negra, realidade que se justifica pela constatação de que há superposição entre raça e classe no Brasil (GONZALEZ & HASENBALG, 1982: 15), onde temos que

Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômicas no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural* de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

Análises mais recentes, como em (RATTS, 2011: 2), interpretam como “um dualismo por vezes muito esquemático, mas didático e analítico”, a distinção que (GONZALEZ & HASENBALG, 1982) faz entre “lugares de branco” e “lugares de negro”. Embora hoje autores/as compreendam a intencionalidade à época da produção do trabalho de delatar o hiato de uma sociedade muito mais segregada que hoje, se tem acreditado que essas divisões duais não se mantêm exatamente assim como apontam estudos realizados³, haja vista os movimentos de ascensão social/econômica de alguns/algumas negros/as, bem como a existência de brancos/as pobres.

Segundo (RATTS, 2011: 2) a categoria “lugar” indica, numa abordagem da geografia crítica, o espaço, seja qual for a escala, em que o indivíduo se reconhece em relação com o local, “que por sua vez, pode ser a rua, a praça, o bairro, a pequena cidade ou, para alguns autores, a cidade, a região, ou a nação”. Assim, trago a contribuição de (CIRQUEIRA, 2010: 45), a respeito da forma diferenciada pela qual negros/as vivenciam os lugares.

Acredito que o racismo influencia na constituição dos lugares, uma vez que é onde o corpo negro está, é percebido/percebe, é significado/significa e é colocado em encontro/confronto. Em linhas gerais, é no lugar onde convergem as experiências e vivências determinadas pelo racismo, que atuam como fator influenciador em

³ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou pesquisa em 2008 sobre o tema das desigualdades econômicas entre negros e brancos no Brasil, por ocasião dos 120 anos da assinatura da lei Áurea.

experiências topofóbicas⁴ e topofílicas⁵ desenvolvidas pelos indivíduos. Apesar de negros/as vivenciarem o “lugar” de forma diferencial, há uma unidade na experiência grupal destes no espaço; apesar de possuírem espacialidades – digo “lugaridades” – diferenciadas, percebo que as experiências sociais/raciais destes possuem algumas semelhanças.

Esta noção é ao mesmo tempo elucidativa, pois evidencia as situações de preconceito de uma dada vivência, mas também é provocada aqui. Primeiro, elucidada ao mostrar que estes corpos são percebidos e percebem os espaços de maneiras distintas e esta percepção é o que atribui ao espaço a categoria “lugar”, criando com ele e sendo mediado pelas percepções de aversão ou pertença. Há de se acrescentar que a maneira como se dá esta passagem sempre é relacional (distinta e/ou semelhante), mas o é em relação aos sujeitos na/da norma.

Mas, por outro lado, sendo as experiências sociais e culturais múltiplas, a provocação se dá de maneira a instigar a reflexão de que a palavra “negros” poderia ser substituída no texto por uma série de outras que remetem a categorias identitárias marginalizadas tal como a de *gays*, lésbicas, travestis. Avançando na complexidade, estas também poderiam ser interseccionadas por essa marca social da diferença: travesti negra, *gay* branco e etc., evidenciando um corolário de pertencimentos a serem acionados distintamente, também de maneira relacional e contextual. A distinção se deve ao fato de que, aqui, o é em relação às suas experiências diferenciadas, tanto “topofílicas” quanto “topofóbicas”, ou seja, as hierarquias sociais provenientes do juízo de valores estão suscetíveis não apenas às relações sociais como também sempre estão inscritas no espaço: “lugarizadas” ou “territorializadas”.

Assim, desenvolver uma pesquisa num lugar (RATTS, 2011) de consumo e (homo)sociabilidade descompassado com as normas hegemônicas de gostos de classe e estilos de vida *gays* ou GLS sinaliza para um diálogo com formas marginalizadas e invisibilizadas de expressões de afeto-desejo/sexualidade, sexo e gênero. E a opção por observá-las nos lugares onde estas expressões e performances se materializavam na construção das subjetividades se dão, a fim de corroborar para a relativização da própria noção de “periferia” e suas paisagens.

⁴ Experiências topofóbicas, segundo (CIRQUEIRA, 2010) são aquelas que delimitam lugares, simbólicos e físicos, nos quais estes corpos/sujeitos não podem transitar ou não podem estar.

⁵ Por outro lado, experiências topofílicas, segundo (CIRQUEIRA, 2010) são aquelas que delimitam lugares, simbólicos e físicos, nos quais estes corpos/sujeitos podem (ou devem) transitar ou podem (ou devem) estar. Em suma tem a ver com os lugares nos quais determinados corpos, por força das experiências de conforto ou sentimento de pertencimento, serão bem-vindos.

“A gente faz a linha” ou do medo de ter que ir embora sozinho

Como acontecia com todas as pessoas que estavam no “Feirão do Chopp”, em cada uma das noites que eu estava realizando o trabalho de campo inerente a esta pesquisa, era preciso ir embora por que o bar tinha que encerrar o expediente daquela(s) noite(s). O que geralmente acontece quando, a maioria dos clientes, já foi ou estava indo embora. De modo semelhante, é condicionante do trabalho de campo, o pesquisador ter a sensibilidade de perceber o momento de concluir a imersão e também a escrita da etnografia. E de forma complementar, tal qual pude aprender (e apreender) com os sujeitos, é preciso buscar a melhor estratégia para encerrar, “são e salvo” e livre dos riscos inerentes à trajetória que se inicia ao planejar sair de casa e termina⁶ quando se chega de volta ao mesmo local.

Riscos neste texto, diz respeito à dimensão probabilística que conjuga experiências tofólicas pessoais ou socializadas, com uma cultura e/ou sentimento intersubjetivo de medo, que é construído por diferentes grupos sociais e que diz respeito ao medo de estar/transitar por determinados lugares e em determinados horários. Posta esta formulação, gostaria agora de sinalizar que, no plano do que seria o/um ideal, a mesma estaria em afinção com o que se entende e espera em relação à “segurança”, a qual se persegue e pela qual se advoga para uma salutar condução da vida em sociedade. Contudo, devo evidenciar que, se imiscuem nesse plano do que seria importante ou fundamental para a introjeção deste sentimento de segurança idealizado para uma noite bem-sucedida de lazer no “Feirão do Chopp”, alguns elementos que fogem ou relativizam tal ideal.

Silva (1998) analisa com base em (GIDDENS, 1991) que à “noção de risco” e os “fantasmas do perigo” só são subjugados através do que o autor chama de “sistema perito”. Este atuaria na domesticação do risco na medida em que passa a inspirar “conhecimento” e “confiança”. Tal sentimento de “confiança” revela-se importante para análises da vivência do risco uma vez que a “segurança” nada mais é do que um sentimento diretamente relacionado com a confiança. E, como mostra a autora, ao analisar o acidente radioativo ocorrido em Goiânia no ano de 1987, o medo, ou seja, a falta de segurança que os boatos inspiravam tinha efeitos mais devastadores do que o

⁶ De maneiras distintas a trajetória do etnógrafo e dos sujeitos termina de volta em casa, mas cada um a sua maneira pode, no caso deles, e deve (no meu caso), registrar e fazer um balanço do que viveu naquela noite. Pra tanto pude optar por uma conversa com amigos pela internet ou por troca de *sms*, ou compartilhamento de registros daquela noite. Que no caso do etnógrafo é aconselhado que fosse feito via caderno e anotações de campo.

próprio acidente causou. De outra maneira, temos que a possibilidade do evento acontecer pode e geralmente provoca impactos mais profundos na estabilidade do que o evento em si.

Dentre estes elementos gostaria de chamar atenção para um ponto que é fundamental para o diálogo e que diz respeito à percepção de que há distinções de entendimento ou distintas “importâncias”, dadas para diferentes elementos considerados pelo pesquisador ou pelos sujeitos e que precisa ser postada para garantir que não se esta tomando unicamente o que o pesquisador pensa como perigoso, mas sim o diálogo. O que inevitavelmente nos impele a nos debruçar sobre as noções de risco que os sujeitos têm ou compartilham, bem como o que é ou não perigoso para os mesmos.

Silva (1998: 2) sustenta em artigo que deve ser integrada à análise das representações e classificações sociais do “risco”, a dimensão da “experiência cotidiana de grupos diversificados numa dada população”. Assim, numa apropriação metaforizada do exemplo dado pela autora, temos que, a exposição às dinâmicas da região do DERGO⁷, interagiria como à noção genérica de senso comum produzindo “concepção de risco daí advinda [que] são próprias a este grupo e se distinguem em relação aos riscos vividos pela população em geral”.

Sobre o que é ou não é considerado perigoso para os interlocutores da pesquisa, a leitura de (JEOLÁS, 2010) nos remete a uma série de sutilezas e nuances, dentre estas elencadas pela autora, nos interessam ao menos duas. A saber, a dimensão geracional e suas implicações na formulação e vivência do risco e a segunda o gênero e suas consequências no estabelecimento de riscos diferentes para gêneros e/ou sexos diferentes.

A primeira, o caráter geracional, é salientado por (JEOLÁS, 2010) a partir de uma dicotomia que se expressa através do par: “riscos para nós profissionais” *versus* “riscos para eles jovens”, que alude à construção: “risco para gente da [nossa] idade” *versus* “risco para [eles] jovens”. O qual que nos permite assim relativizar a noção, ou as noções de risco e perigo, permitindo enxergar assim a influência da dinamicidade com que a sociedade e os pensamentos mudam no curso das gerações e suas implicações nas relações sociais e na linguagem. Exercício analítico este que pode fornecer elementos que nos ajudam a sustentar as suposições que pretendem responder a

⁷ A região conhecida como DERGO é uma noção usada pra se referir aos arredores próximos ao Terminal de ônibus, situado na região oeste da capital Goiana, o nome é uma referencia ao Departamento Estadual de Rodagem do Estado de Goiás (DERGO), que era o único órgão público de relevância que havia no setor, servindo de referência para tudo.

pergunta feita ainda nos momentos iniciais da pesquisa: “por que as pessoas vão para o “Feirão?””.

A primeira das considerações é de que talvez agora perceba que ficaria mais apropriada reformula-la em “por que, apesar dos riscos (relativos à segurança pública), as pessoas vão ao Feirão?”. Pergunta que começa a ser desmistificada quando demonstrei que a autora é propositiva ao enunciar que, “Há uma grande distância entre o (nosso) discurso preventivo sobre os riscos e o expresso pelos jovens, podendo o risco, muitas vezes, ser aceito como parte de sua experiência e ser valorizado positivamente por eles” (JEOLÁS, 2010: 11).

De tal maneira, temos que, mesmo que se trate de uma afirmação localizada e referenciada em dados também localizados, ainda assim é de grande valia e validade para os esforços de pesquisas antropológicas que tratem ou transversalizem o tema, pois ajudam a desconstruir uma impressão e uma ideia genérica que se tem sobre as noções de “perigo” e “risco”, revelando nuances inerentes a experiências e a conjunturas específicas, como bem apontou a professora (SILVA, 1998).

No caso desta pesquisa no “Feirão”, estas análises podem fornecer os subsídios que nos ajudem a pensar, e supor, que estas pessoas frequentadoras do Feirão, mas principalmente os e as jovens, que moram naquela região, desconsideram ou dão menor importância do que nós a certos riscos. Sobre esta dimensão relativa à percepção do grupo de jovens sobre a vivência do mesmo, (SILVA, 1998: 2) afirma que é necessário “integrar à análise de representações sociais e classificação de risco a perspectiva da experiência cotidiana de grupos diversificados numa dada população”.

Desse modo, a autora nos chama atenção para a possibilidade que o contato com “as experiências concretas dos indivíduos estudados”, seja considerada revelando assim a coexistência de representações - genérica e específicas - da noção de risco, construídas por grupos específicos, podendo (ou não) ser contraditórias entre si e que, ainda assim, coexistem dentro de uma mesma configuração social.

Formulação interessante que só corrobora com a afirmação de (JEOLÁS, 2010), nos fazendo crer que, sendo a juventude ou a faixa etária a principal marca que une estes indivíduos, então só nos resta crer que estou tratando de uma configuração de um grupo. Apesar de ainda parecer um tanto genérico para os antropólogos, ainda assim se configura como um grupo e, ao compartilhar suas experiências e elabora seus repertórios sobre si e sobre o mundo, atuam fortalecendo e/ou afunilando dadas as semelhanças e divergências de gostos e marcas sociais da diferença.

Tais repertórios, descobri com a leitura destes trabalhos, dizem respeito inclusive aos perigos e riscos a serem prevenidos. Logo, não é radical reiterar que existem distâncias entre as perspectivas dos diversos grupos com relação à vivência e a perspectiva dos riscos. Tanto que posso elencar que dentro do macro grupo dos “jovens”, a noção genérica de risco ganha contornos e conotações singulares. Uma delas é a que a dependência do transporte público ou de estar só narrada por meu principal interlocutor: Marcos⁸ nos permite adentrar.

“E como você faz para ir embora?” – notas sobre risco e *performances*

Para que tal percurso se conclua de maneira menos problemática possível, ou seja, sem que aconteça algo que surpreenda os/as sujeitos pela negatividade, como, por exemplo, um assalto ou algum tipo de agressão, é preciso que aquele ou aquela que almeja viver a experiência de lazer naquele local e que não disponha de meio próprio de locomoção (carro ou moto) ou que também não disponha de condições de arcar com os custos de um táxi, deva captar e apreender o quanto antes os códigos e as regras da noite da/na periferia goianiense.

É preciso ter nítido que, embora o “evento negativo” tenha relação com a noção de risco, esta não pode ser reduzida a este. Sobre esta confusão conceitual, (JEOLÁS, 2010: 12) diz que “A antropóloga Mary Douglas (1976) advertiu sobre os perigos de se fixar o significado da noção de risco ao seu conceito moderno”, e continua dizendo, “Nas suas palavras [de Mary Douglas], o risco não se reduz à “probabilidade de um evento negativo ocorrer”, mas diz respeito, muito mais, a valores e “significados atribuídos aos resultados deste evento” no contexto de vida das pessoas e dos grupos pessoais”. Interpretação que reforça nossa análise de que, a partir da atribuição de significado e valores ao “evento negativo”, o próximo passo é socializar a experiência no intuito de evitar que outros se submetam à similar circunstância.

Ainda sobre a noite, como já apontado por (PELÚCIO, 2005: 247), como sendo “uma temporalidade abstrata, na qual há espaço para a transgressão e sedução”, e na qual, infelizmente, há muitas surpresas entre elas a difícil, para os diurnos⁹, realidade e condições de trabalho, em especial para prostitutas e michês. Mas não só para estes,

⁸ Marcos é um homem que se identifica como gay, tem 19 anos é estudante de psicologia além de trabalhar em um salão de beleza, originário de Rio Verde (GO).

⁹ Entende-se por diurnos e diurnas aqui, toda a parcela da população que exerce sua atividade laboral durante algum período do dia e que reserva a noite ou uma parte dela ao descanso e/ou lazer, ou seja, como se diz no chavão popular, quem “não troca o dia pela noite”.

afinal, os sujeitos que frequentam espaços noturnos de lazer, como é o exemplo do Feirão, também estão propensos e de alguma maneira precisam se submeter a tais regras e dinâmicas.

Estas dimensões nos chamam atenção na experiência de compartilhar com alguns dos sujeitos da pesquisa dos dilemas¹⁰ de ter que depender do transporte público prestado na capital goiana. Motivo este que nos impele a prestar atenção às narrativas, que aludem a certo risco, e que são elaboradas pelos sujeitos da pesquisa e assim, analisá-los à luz de teorias. Tal escolha implica justamente na produção, no bojo da etnografia, de uma espécie de memória do trajeto da chegada ao/no Feirão e também, em especial, da saída do espaço através da qual, estes sujeitos compartilharam conosco suas impressões, dilemas e o que mais é/era marcante para eles.

Para tanto, tal experiência de partilhar da situação de deslocamento, foi utilizada na produção de dados. Através da qual foi possível realizar um movimento que deslocou ou relativizou a exclusiva importância e atenção dirigida ao momento que chamo de durante, ao qual geralmente se atêm os trabalhos etnográficos. E assim, poderia então indagar sobre a avaliação e receptividade das *performances* de gênero naqueles outros espaços que incluem o antes e o depois do “Feirão”. E ainda saber se o “carão¹¹” se perpetuava fora do espaço e com isso dar alguma importância ao “antes” e ao “depois”. Foi assim então que resolvi me submeter ao único meio de transporte público disponível na cidade que atende à região do Feirão: o ônibus, ou mais especificamente o ônibus articulado no modelo BRT (*Bus Rapid Transit*), ou Transporte Rápido por Ônibus também, mais conhecido na cidade como eixo anhanguera¹².

Com isso, ao indagar sobre o deslocamento, ou a trajetória dos sujeitos ao ir e vir do Feirão poder-se-ia então construir uma apreensão que dissesse algo sobre a “duração” e a “localização” das *performances*, ou seja, poderia construir uma apreensão que revelaria se fora dali os sujeitos se permitiam fazer aquele “carão” ou agir, por exemplo, como uma diva da música ou ainda se o ambiente público desencorajava tal *performance*. Logo, esta busca por apreender uma possível “verdade” ou até mesmo a

¹⁰ De maneiras variadas, sujeitos que dependem ou que já dependeram do transporte público em Goiânia, apresentam várias queixas sobre as condições, seja de segurança ou ainda frequência, superlotação e demora, em relação à frota e o serviço prestado pelas empresas que operam o sistema metropolitano de transporte público.

¹¹ “O ‘carão’ é algo como uma pose, mas permeado por lúdica ironia”. Ver EUGENIO, 2006.

¹² Eixo Anhanguera é o principal itinerário de transporte público/ônibus da cidade e região metropolitana, interligado pela RMTc, empresa da Região Metropolitana de Transporte Coletivo de Goiânia.

busca por “medir” a mesma se revelou sem muito sentido analítico, visto que há algo no ambiente ou na “atmosfera”, da pista de dança que “encoraja” ou instiga determinada *performance*.

Dentre estas variações havia aqueles que em determinado momento dobravam, no intuito de encurtar ou combater o calor, as calças e blusas. Havia ainda aqueles que, se observados no espaço aberto, na parte destinada à apreciação do *show* da banda que tocara ao vivo, se portavam de uma maneira “mais tímida” e/ou contida, e que dentro da pista “se soltavam mais” ou se sentiam mais à vontade para dançar e se mostrar. Inclusive, acho que esta é uma expressão adequada para remeter ao que minha análise consegue apurar dos fatos, “estar mais à vontade”, neste caso, pode ter a ver com o maior e melhor domínio do gestual envolvido na dança e no ritmo musical.

Tal apreensão de que sujeitos agem de maneiras distintas nos espaços dentro do mesmo lugar só reforça nossa hipótese das experiências diferenciadas, revelando assim que, dentro de um lugar (Feirão), pode haver ainda lugares mais específicos, de predileção ou não. Dessa maneira tenho que, neste universo de pesquisa emergem categorias que ganham significados distintos em momentos distintos destas sociabilidades, e que para manter no foco do texto vou nos ater a seu significado relacionado aos riscos fora do bar. Duas delas, que se opõe aqui são, a saber, “fazer a linha” e “dar pinta”, estas duas categorias êmicas dizem respeito ao controle (primeira) ou não (segunda) das *performances* de gênero com alguma finalidade, seja ela, transparecer certa masculinidade ou feminilidade fora do bar ou na saída com intuito de evitar possíveis riscos de agressão ao ir embora. Mas, como demonstro, há ainda marcadores da diferença que não podem ser “disfarçados”, como o pertencimento racial e as leituras de senso comum sobre o mesmo.

Apesar desta percepção algo que nos chamou atenção na realização desta análise e que adiou a intenção da apreensão da *performance* fora do lugar foi o entendimento de que tal comparação em alguma medida poderia acabar soando ou se transformando em uma procura pela “real” performance dos sujeitos, objetivo que destoa totalmente do escopo desta pesquisa. Assim, fui me dando conta de que estar dentro e estar fora condicionavam as ações uma vez que envolviam a dimensão do interesse ou dos interesses que havia dentro do espaço.

Ao mesmo tempo em que estas me davam argumentos para denunciar as distintas *performances* dos sujeitos, esta distinção também me salientava que não era possível encarar os fatos apenas da perspectiva das *performances*, mas também do

ponto de vista que a “atmosfera” que os lugares têm, suscitavam tais diferenças. Tal diferença, poderia influenciar na mudança de *performance*, de modo que a “atmosfera” de insegurança ou “inapropriação”, que a norma social nos ensina, agiria também moldando ou contendo cotidianamente a *performance*, ou seja, a insegurança levaria os sujeitos a “fazerem a linha” masculino.

Era sabido por mim, tendo em vista a minha experiência de ir ao Feirão de transporte público, que, por se tratar não só de uma área mais *periferizada* no raio de *prestígio*¹³ da cidade, mas também por ser necessário atravessar o (pouco movimentado aos fins de semana e à noite) centro da cidade, o trajeto pode implicar em riscos¹⁴ inerentes aos fatores enunciados. Tal noção de risco se “impregna” no percurso, pois dentre outros fatores o mesmo incluía a travessia da região de Campinas¹⁵ que, dada a ocupação (à noite) para a prática da prostituição, o que implica em conhecimento e compartilhamento de regras diferentes daquelas diurnas; e ainda somava-se a estes o notório decréscimo de fluxo de pessoas, em comparação com o dia (horário comercial).

Sobre estes riscos e medos que envolvem o acessar ao Feirão do *Chope* pela via do transporte público, decorre desta menor movimentação nas ruas nestes dias, leia-se finais de semana o aumenta da incidência de furtos e roubos, aos quais os/as jovens *gays* e *lésbicas* se sentem vulneráveis, como me relatou em uma noite Marcos, quando me ofereci para ir embora com ele.

Eu tenho medo. Quando eu tenho que ir embora sozinho. Aqui [na plataforma da estação do metrobus], fica passando esse pessoal de motocicleta olhando. Semana passada mesmo, a hora que eu desci na estação eu corri pra casa, e na rua de casa eu quase fui assaltado, a minha sorte foi que eu corri para dentro de casa. (Marcos, 19 anos, estudante de psicologia).

Na noite em questão, perguntei a Marcos se a gente podia sair do Feirão no mesmo horário, visto que nosso trajeto de volta seria o mesmo uma vez que tenho que esperar o “eixão” até o terminal de ônibus da Praça da Bíblia no setor Leste. Marcos

¹³ Como toda cidade e região (em distintas escalas como estados, países e etc.), os moradores de Goiânia também atribuem sentidos valorados ou não a determinadas regiões e setores (bairros) da cidade.

¹⁴ Quando menciono a prostituição não quero dizer com isso que a prática em si apresente algum risco aos possíveis transeuntes, tal perigo está mais diretamente ligado àquelas pessoas que circulam pelo local no intuito de agredir prostitutas, bem como “clientes” agressivos.

¹⁵ Campinas é um dos setores mais antigos da cidade de Goiânia, visto que já era um município que foi anexado como um bairro à nova capital, quando ela foi fundada nos anos 1930. Situado próximo ao Centro e cortado pela Avenida Anhanguera, o mesmo recebe grande fluxo de transeuntes no horário comercial por se tratar de um polo comercial da cidade, abrigando inclusive além de várias e variadas lojas, um camelódromo, estruturado em boxes e comercializando uma vasta gama de produtos.

concordou e na hora que ele desejou ir embora nós fomos e no trajeto até a plataforma de embarque, enquanto ele guardava o celular na bolsa e separava algum dinheiro, ele me revelava que preferia ir e voltar na companhia de alguém, pois tinha “medo de ir embora sozinho”, sobre o qual já trouxe a transcrição acima.

Agora, quando eu tentei perguntar mais do motivo pelo qual ele ainda ia ao Feirão o máximo que ele disse foi que, “estava cansado dessa *vida de sair*”, e que queria “ficar mais em casa”. Com base na etnografia realizada a intenção neste ponto é a de dialogar a “hora de ir embora” com os “trânsitos (deslocamentos) permitidos” aos sujeitos naquele horário que é o do funcionamento do estabelecimento. Pois, além dos riscos já elencados e condicionados pela dinâmica da noite por ser contra turno do fluxo de pessoas que trabalham e/ou fazem compras na região.

Enfatizo aqui que, acredito ser importante por acreditar que tenha interferência na incidência dos crimes, onde figura a já mencionada questão de “gênero”, ou mais especificamente as *performances* de gênero¹⁶ e em paralelo a “sexualidade” e o pertencimento étnico-racial. Ou seja, minha preocupação aqui será como e, o quanto, esses sujeitos narram os “riscos” e perigos imbricados na hora de ir embora e as estratégias que possam ter precisado aprender e utilizar no intuito de diminuir esses riscos.

Sobre estas estratégias e tendo como foco estas questões, é preciso adiantar que uma análise interseccional se torna uma tarefa árdua, pois, entre outros motivos a própria tipificação da violência nos formulários de boletim de ocorrência criminal não é algo tão fácil de obter¹⁷. Outra questão é a própria dificuldade que se observa em relação à apreensão da articulação de marcadores produzindo hierarquias sociais. Logo, tal dificuldade se torna latente em circunstâncias como as de crimes onde o fato em si muitas vezes esconde os “reais” motivos que levaram a prática de tal ato.

¹⁶ Priorizo a relação entre gênero e crimes, pois, além da violência contra a “mulher”, boa parte dos crimes de ódio e/ou homofobia, são motivados pelas expressões não-hegêmicas de gênero de pessoas homossexuais ou não. No Brasil, tem crescido o relato e o conhecimento de agressões homofóbicas à dupla de irmãos, pai e filho entre outros pares de pessoas do mesmo sexo em atos de demonstração pública de afeto.

¹⁷ Como no Brasil, o “crime homofóbico” ainda não é criminalizado na forma da lei, a nível nacional, sua tipificação como “causa” do crime nos boletins de ocorrência também não é explícito, geralmente sendo registrado como “crime de ódio”. E, mesmo em lugares onde há tal tipificação os agredidos/as tem que submeter ao/a escrivã(o) e contar com sua sensibilidade para entender o caso, estas e outras questões dificultam a contabilidade e as estatísticas de crimes desta natureza no Brasil.

Performances de gênero x risco de homofobia

Assim, tentando proceder de maneira a revelar tais articulações da maneira mais esquemática, opto por uma breve aproximação à questão da homofobia que para (KOEHLER, 2013:134) é,

Definida como rejeição, aversão, medo ou ódio irracional aos homossexuais e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heterossexuais ainda aceitos como normativos na nossa sociedade. Nesse sentido, comportamentos homofóbicos variam desde a violência física da agressão e da violência fatal, isto é, o assassinato, até a violência simbólica e/ou psicológica nos atos de xingar, ridicularizar, apelidar, excluir do grupo (Koehler, 2013) ou até mesmo afirmar que não gostaria de conviver/frequentar qualquer espaço com uma pessoa homossexual.

Em seguida a articulo as implicações que o pertencimento étnico pode ter. Quanto à primeira, a hipótese aqui foi de que a quebra da expectativa da continuidade, de senso comum, do sistema sexo-gênero descrita por (RUBIN, 2003) possa ser entendido como “risco” para/pelos sujeitos. Ou seja, no complexo leque de marcadores da diferença que possam ser considerados como “vulnerabilizadores” dos sujeitos a “riscos” na noite e, no tocante às questões de gênero e sexualidade, aquela *performance* que é mais e/ou menos “tolerada” ou permitida no espaço da pista de dança do Feirão em ambiente “externo” como rua ou ônibus, por exemplo, pode incomodar e ocasionar uma agressão ou um crime, uma vez que “ser” ou “parecer” homossexual, leia-se afeminado configura a quebra da expectativa de uma masculinidade.

Sobre “parecer” e/ou ser homossexual, a análise realizada por (MARTINS *et al*, 2010: 2) aponta que “há casos de heterossexuais assassinados apenas por serem confundidos com gays”, revelando assim uma dimensão extremamente subjetiva do que possa ser entendida por agressores como parecer ser *gay* e sua relação com o que nossos sujeitos de pesquisa entendem por “dar tinta”.. Assim, ao denunciar que tais crimes são torpemente motivados por uma “confusão”, onde as vítimas parecem ser *gays*, os autores reiteram e confirmam nossa hipótese de que há uma confusão, de senso comum, que atrela gênero à sexualidade. Os autores ainda denunciam que

Notamos que se delineiam diferentes dinâmicas da violência para cada segmento LGBT. Tais crimes se articulam e tomam forma de acordo com as diversas dinâmicas da violência, mas o que sobressai é a violência de direitos motivada pela não conformidade de gênero, quando se trata de assassinatos desconhecidos e de homofobia, quando há revelação não são raras as vezes

que a agressão ou a homofobia, quando há relação de conhecimento pelo assassino da orientação sexual da vítima. (MARTINS ET AL, 2010: 3).

Assim, como dito antes - ao ‘confundirem’ as vítimas com homossexuais, os agressores/criminosos, que neste caso desconhecem as vítimas - agem impelidos pelo ódio à maneira como se comportam as pessoas. De maneira que, menos por ações como, por exemplo, uma cantada ao agressor ou pelo caso extremo de um flagrante de algum tipo de ato sexual, que de maneira radical, seriam as únicas motivações possíveis que permitiriam supor que se tratara de um crime de homofobia. O que nos faz reiterar que, via de regra, crimes cometidos por desconhecidos contra homens (*gays* ou não), são fundamentados na não conformidade de gênero dos agredidos. Havendo em suas *performances* de gênero não hegemônicas a subversão da heteronorma.

Contudo, para não criar a impressão de que a homofobia ou o preconceito estão localizados apenas “do lado de fora”, retomo a dimensão das *performances* no lugar. Remeto então a um trecho desta etnografia onde tento descrever algumas das impressões acerca de algumas masculinidades observadas no/em campo:

Quanto aos corpos, dentre alguns havia dois tipos que chamam atenção. O primeiro estava mais no centro da pista e parecia estar muito interessado em dançar as músicas com o máximo de precisão e procurando acompanhar toda a coreografia e letra, até das músicas internacionais, nem todos conseguiam, mas o “carão” era o fundamental ali. Pareciam que todos queriam “ser” ou “estar” *Beyonce*, *Anitta* e outras “divas” da música naquele momento. As roupas com fendas, calças coladas, coletes, óculos de grau e de sol com armações aviador e retrô e tênis de cano alto pareciam seguir a tendência da moda. Nas bordas/paredes um tipo mais ‘masculino’, próximo da norma, com roupas mais largas, arrumados ou não, sem muita elaboração, sem cremes, sem decotes, apenas tomavam seus *Chopes* ou outras bebidas, ensaiavam alguns passos enquanto eram “afrentadas”, de alguma maneira, por aquelas *performances*, gritos e delírios daqueles outros que estavam ao centro da pista. (Diário de campo de Bruno Hammes, 16 de janeiro de 2014).

Neste meu registro, é possível perceber que, dentre o público de homens, duas *performances* distintas na maneira de dançar podem ser notadas. A saber, enquanto alguns, “queriam ‘ser’ ou ‘estar’ *Beyonce*, *Anitta*¹⁸ e outras ‘divas’ da música naquele momento”, o outro grupo, “apenas tomavam seus *chopes* ou outras bebidas, ensaiavam alguns passos”. Estas breves descrições permitem aferir, ao menos que, em relação ao primeiro grupo a hipótese de se pensar em uma “repetição estilizada e subversiva” das normas como proporia (BUTLER, 1988), mais uma vez e para os sujeitos das

¹⁸ Cantora de funk brasileira que tem feito sucesso a partir do ano de 2014.

sociabilidades estariam “dando pinta”, o que pode atrapalhar, segundo a lógica da erotização, a busca por um parceiro. Visto que aquela *performance* não condizia com as expectativas sociais de gênero.

É arriscado ser negro?

No que tange ao pertencimento étnico-racial, a intenção é tentar perceber o quanto esse dado subjetivo pode ser objetivado, causando vulnerabilidade ou não. Digo subjetivo, pois, pelo menos para o sujeito, seu pertencimento depende de uma autodefinição, ou como fórmula (MUNANGA, 2012) consiste em assumir tal condição e, “dizer de cabeça erguida: sou negro”.

Contudo, independentemente da autopercepção do sujeito existe uma dimensão externa (e também subjetiva) que diz respeito ao fato de as demais pessoas acharem ou não que a pessoa é negra. Tais fatores, combinados ou não, aliados a um estereótipo, fruto das dinâmicas coloniais, que associa o/a negro/a a uma condição subordinada e subestimada na sociedade, ora hipersexualizado, ora escravizado, ora sendo-lhe imputada a periculosidade/criminalidade/imprevisibilidade. Atributos estes que combinados ou isolados criam uma área estereotipada que inspira a “possibilidade do perigo¹⁹”.

Contudo, haja vista tais estigmas e a subordinação a qual negros foram submetidos na estrutura social capitalista pós-colonial, e como vimos com (PINHO, 2006), sua agência, mesmo na condição de “atividade” e virilidade sexual, pode ser questionada. E no que diz respeito à vulnerabilidade a crimes e riscos, estes estariam em uma espécie de “desvantagem”, no que diz respeito ao acionamento seletivo de características, no intuito de apresentar sua fachada, pois, como afirma (SARTRE, 1960: 111),

Ora, no caso, não há escapatória, nem subterfúgios, nem passagem de linha a que possa recorrer; um judeu branco entre homens brancos pode negar que seja judeu, declarar-se homem entre homens. O negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si esta abstrata humanidade incolor: ele é preto.

Remetendo-nos assim simultaneamente à dissimulação de outras marcas identitárias e da diferença em contextos vantajosos ou de risco, no intuito de preservar

¹⁹ Como já utilizado por nós, vale reforçar que é uma ideia interessante àquela desenvolvida por (SILVA, 1998) de que a “possibilidade” do evento tem um potencial danoso e de instauração do medo maior do que o ato em si.

sua vida. Assim, numa apropriação metaforizada do autor temos que tal qual o judeu, o homem *gay* branco pode se reivindicar homem entre outros homens. Já o *gay* negro/ a lésbica negra/a travesti negra que reclamar para si esta abstrata humanidade incolor²⁰ não terá, muitas vezes e independente de seus investimentos, êxito, pois ele e elas continuaram sendo negros.

Sendo a *performance* de afirmação²¹ de uma branquitude, mesmo que para evadir do risco, inócua, temos um problema, cuja primeira face já abordara e diz respeito a dificuldade que existe nos órgãos investigativos e nos sujeitos dos crimes também em perceber a intersecção de marcas motivadoras do ódio que culmina no crime. E cuja segunda faceta é a maneira velada ou desmerecida/ ignorada que os/as vítimas, os/as investigadores/as e a sociedade têm em admitir e/ou perceber esta dimensão dos/nos crimes.

“Performance ou enquanto performance?”²²: considerações momentâneas

MacRae (2004: 299) ao argumentar em defesa do “gueto” homossexual, demonstra que tal qual nos grupos homossexuais, se estabelecem “de maneira mais informal, nos bares, nas discotecas e em outros estabelecimentos que compõem este ‘gueto’” ou “grupos de reflexão e troca de experiência”. Reflexão na qual o autor evidencia algumas das contribuições destes para o estabelecimento de redes de pertencimento e, principalmente, sociabilidades.

Todavia, a pesquisa de campo e, em especial, a opção por certa bibliografia crítica me possibilitou atentar para o que se faz da/com a “diferença”. Em especial, as inclusões subordinadas que o mercado possibilita ao passo que seleciona os fregueses, os corpos desejados e erotizáveis.

Ao tratar das sociabilidades e das dinâmicas do lugar, bem como dos motivos pelos quais os sujeitos frequentavam o espaço, acreditava-se que estaria tendo acesso aos dilemas e aos riscos ou perigos que estavam envolvidos em estar ali e ainda àqueles

²⁰ A categoria incolor, utilizada por Sartre é muito produtiva, principalmente para os estudos sobre a “branquitude”, pois denuncia que, neste contexto de discriminação racial, a branquitude é algo inquestionável, universal e que não precisa de definição, se assimilando a ideia problemática de Homem Universal.

²¹ Mais uma vez Sartre é feliz em sua consideração, pois ao tratar a reivindicação de certa condição, no caso branquitude, a partir do exemplo do homem judeu, remete à condição de que tal acionamento se faz de forma estratégica e pontual, pois em determinados contextos desfavoráveis e para preservar sua vida ou evitar algo, é necessário se reivindicar ou ‘negar’ um credo, um gosto ou orientação sexual sem que isso implique em uma mudança “real” de identidade.

²² A expressão faz a referência aos postulados de (SCHECHNER, 2006) de que nem tudo pode ser *performance*, porém pode ser analisado enquanto *performance*.

envolvidos na hora de ir embora. Elementos e preocupações estas que são produto tendo que se submeter às intempéries que estão imiscuídas na (in)segurança do transporte público da capital de Goiás, o que não quer dizer que com isso quero concordo com a noção de senso comum de que quem tem carro próprio ou usa do serviço de táxi esteja isento de vivenciar o fenômeno da violência em seus riscos.

Numa dimensão introdutória, vimos neste artigo que a intenção de prevenir que outras pessoas tenha a mesma ilusão amorosa motivou Marcos a compartilharem ou socializarem a experiência afetiva frustrada deste ao se relacionar com um rapaz de outros estados da federação e afirmarem que, namorar um goiano seria probabilisticamente menos arriscado em comparação a maranhenses, baianos e etc.. Situação para a qual apontei outros desdobramentos na ocasião. Mas aqui, cabe ressaltar que ao por em comparação tais experiências posso captar a dimensão intencional das/nas sociabilidades em produzir e compartilhar os códigos através dos quais é possibilitado aos sujeitos estar em grupo e/ou sociedade.

Por fim, temos que, nestas interações se articulam, sobrepõe ou justapõe de maneira conflitiva ou convivendo de maneira mais e/ou menos tranquila as representações e perspectivas gerais com as elaborações pessoais e de grupos específicos, como bem nos chamou atenção (SILVA, 1998), entre elas suas representações e estereótipos de gênero, sexualidade e raça/etnia que se articulam à noção de risco(s) Procuo evidenciar aqui a articulação entre estes marcadores e algumas dimensões deste para/nas sociabilidades homossexuais, mais especificamente gays, num bar em Goiânia, que se articulam com outros níveis de generalizações e senso comum.

E é através desta análise que se reitera que não só “a diferença está no mundo gay” (FRANÇA, 2012), como também o preconceito, pois por mais que as experiências sejam diferenciadas e muitas vezes radicalmente opostas a elementos que figuram na norma social. Ainda assim, tais experiências não conseguem ser radicalmente dissidentes.

Referências:

- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, F.(org.) Culturas jovens – novos mapas do afeto. R.J., Jorge Zahar, 2006, pp.192-200.
- BONETTI, Alinne e FLEISHER, Soraya. (Org). Entre saias justas e jogos de cintura. Florianópolis: Ed. Mulheres; Ilha de Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution. Theatre Journal 40.4. 1988.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de. Além da Pele – um olhar antropológico sobre a body-modification em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2006.
- _____. “Vestido de Antropólogo: nudez e corpo em clubes de sexo para homens”. In: Revista Bagoas (03), Natal: UFRN, 2009.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- DOUGLAS, Mary. Limites Externos. In: Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FRANÇA, Isadora Lins. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. 1a. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- _____. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- GOFFMAN, Erving. Introdução. In A Representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1996, p.11-75.
- _____. Estigma: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- _____. Sobre a preservação da fachada – uma análise dos elementos rituais da Interact social. In: Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis / RJ: Editora. 2011.
- GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- HAMMES, Bruno dos Santos. “Prefiro um filho morto do que um filho viado”: algumas implicações de quando a homofobia é familiar. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 14, n.27. final, jul./dez. 2013b, p. 178 – 199.
- JEOLÁS, Leila S. “O dialogo interdisciplinar na abordagem do risco: limites e possibilidades”. Saúde e Sociedade, v. 19, n. 1, 2010, p. 9-21.

KOEHLER, Sonia. Homofobia, Cultura e violências: a desinformação social. In Revista Interacções, Número especial, 26, p. 129-151, 2013. Disponível em <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3361>. Acesso em 21/02/2016.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. In: Green, James e Trindade, R. (orgs.). Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

_____. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, José Guilherme Cantor; Torres, Lilian de Lucca. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.

MARTINS, Marco Antonio Matos; FERNANDEZ, Osvaldo; NASCIMENTO, Érico Silva do. “Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências”. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9, 9, 2010, Florianópolis. Anais Eletrônicos. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2010. v. 1, p. 1 – 9.

MUNANGA, Kabengele. Negritude. Usos e sentidos. São Paulo. 2012.

PELÚCIO, Larissa. “Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti”. *Cad. Pagu* [online]. 2005, n.25, pp. 217-248

RATTS, Alex J. P. “Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-lgttb”. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira e LIMA, Solimar Oliveira. (Org.). Homossexualidade sem fronteiras: olhares. Rio de Janeiro – RJ: Booklinks, v. 1, 2007, p. 97-118.

_____. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez”. Congresso Luso Afro Brasileiro De Ciências Sociais: Diversidade E (Des)Iguadades 11, 2011. Salvador. Anais Eletrônicos: Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Afro-Orientais. 2011. <<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

RUBIN, Gayle. El Tráfico de Mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. Revista Nueva Antropología (30, VIII). México: 1986.

_____. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: Vance, Carole (compiladora). Placer y peligro. Explorando la sexualidade feminina. Madrid: Talasa Ediciones, 2003.

SILVA, Telma Camargo da. “Corpos em perigo: uma análise sobre a percepção de risco em caso de desastre radiológico”. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998

SARMENTO, João. Geografias do corpo: ensaios de geografia cultural. Porto. Figueirinhas, 2009, p. 11 – 36.

SARTRE, Jean-Paul. Orfeu negro. In: Reflexões sobre o racismo. 2. Ed., São Paulo: Difel, 1960.

URIARTE. Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe. Ano 6, ed.11, dezembro 2012.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1978, p.121-132.